

Economia Brasil

VOZES DA DISCREPÂNCIA

NOS ÚLTIMOS meses têm sido freqüentes as discussões em torno do futuro do real através de seminários, mesa-redondas e entrevistas com notícias a respeito do que pode esperar o País nos anos que hão de vir.

Para o "enfant-gaté" do real, Gustavo Franco, tudo não passa de marola dos que buscam recuperar a ribalta ou que têm interesse inconfessos a defender ou ainda dos que a desinformação e a incompetência não permitem uma análise lúcida do que, efetivamente, está a ocorrer. Tudo está sob controle, o real não corre riscos e nem é sequer a engenharia do plano responsável pela "armadilha do baixo crescimento ou do crescimento medíocre", segundo o diretor do Banco Central.

Para o senador Serra, o novo "rebeldia a favor" há apenas um problema sério e que o preocupa deveras que diz respeito às contas externas para ele o único mecanismo responsável pela crise qual seja: ... "Não é especialmente rentável investir em exportações e o déficit nas contas externas está sendo utilizado, na prática, para financiar mais consumo que investimentos". E isto compromete o real e limita os horizontes de crescimento.

O ministro Delfim Netto vai na mesma linha de Serra e afins, peremptoriamente, para a alegria do Governo, que "a inflação não voltará jamais" mesmo que o comando econômico não atenda às suas preces e se disponha a realizar uma segura, lenta e gradual desvalorização do câmbio.

O professor Readginer Dornbush afirma que o real não corre risco mas que, pela sua engenharia e pela teimosia em não se fazer uma lenta, segura e gradual desvalorização do câmbio - 5% ao ano, por exemplo - o Governo fêz uma opção por um crescimento medíocre. Ou seja, está condenado a crescer entre 3 e 4% pelos próximos anos diante dos glamorosos 7% da Argentina e dos 6% do Chile.

Os pronunciamentos de pensadores econômicos das mais variadas escolas

revelam que as projeções de indicadores e das contas externas indicam que até as próximas eleições não existem preocupações dramáticas nos próximos anos com a árvore cambial.

O professor Edmar Bacha, um dos pais do Cruzado e do Real também comunga da tese, a partir da projeção dos números do setor externo, do déficit público e do correr das privatizações de que até 1999 as coisas são suportáveis até mesmo sem os efeitos benéficos das ditas reformas constitucionais.

Parece que todo mundo, exceto Gustavo Franco, está de acordo de que o que prejudica o País é a mesmice e a incapacidade de engendar fórmulas de superar a armadilha que o real impõe ao crescimento.

Como a "dor ensina a gemer" e como o "chicote da imaginação é a necessidade, o Governo começa a sair um pouco do immobilismo e ensaiar medidas pontuais, mas que deverão contribuir para alargar o horizonte de possíveis crises do Real.

E quais têm sido tais medidas pontuais e ainda consideradas por alguns limitadas para distanciar uma possível crise na estabilização da economia criada pelas vicissitudes do setor externo?

Pelo menos os seguintes pontos merecem uma reflexão:

a) um menor crescimento da economia está reduzindo a pressão das importações;

b) as restrições ao consumo em função do aumento do IOF de 6% para 15% nas operações de crédito a pessoa física;

c) as restrições a importações financiadas;

d) o estímulo à captação de recursos externos através da interrupção na queda dos juros e da redução do IOF para investimentos estrangeiros;

e) o processo de melhoria do perfil da dívida externa pela troca de dívidas de curto prazo por dívidas de longo prazo;

f) maturação dos estímulos às exportações via isenção do ICMS e melhores condições de financiamentos das mesmas;

g) entrada substancial, nos próximos três anos, de recursos externos via privatização;

h) melhor rankeamento do Brasil colocando-se em 5º lugar entre os países mais atrativos para investimentos externos.

Apenas o Prof. Bacha tem feito simulações consistentes sobre o impacto no setor externo de tais medidas e providências buscando assim acalmar os mais angustiados.

É também importante acrescentar dois importantes ingredientes adicionais que podem favorecer as contas externas. O primeiro é a manutenção das taxas de juro pelo FED dos EUA. E o segundo é o de que os investimentos feitos na reestruturação da indústria irão começar a maturar - não se sabe quando! - dando maior competitividade às exportações.

Porém, que tal o Governo examinar três outras alternativas para abreviar o sufoco?

a) manter o volume de recursos creditícios às exportações vis-a-vis do que o mundo internacional oferece nas mesmas condições de juros e encargos;

b) aplicar um adicional, modesto, à desvalorização do real, anualmente para corrigir a defasagem atual;

c) ampliar e abreviar os esforços de redução do Custo Brasil notadamente os custos portuários e os custos burocráticos à exportação.

Provavelmente a "conjuminação" de todas essas medidas dê um fôlego significativo ao real. A partir daí é realizar um esforço significativo para a redução do déficit público, para acelerar as privatizações, e começar a recuperar a poupança interna com propostas do tipo de Fundo.

Talvez por aí comece o País a recuperar um pouco mais de ânimo e crença no amanhã e fuga da opção pela mediocridade denunciada por Dornbush.

Como a "dor ensina a gemer" e como o "chicote da imaginação é a necessidade", o Governo começa a sair um pouco do immobilismo



Brasília-DF
04/06/97